

Auc
p. 12
Compromisso & mandato 24 ABR 1987

Tecnicamente, o parecer do relator da Comissão de Organização de Poderes da Constituinte, recém-aprovado pela mesma, foi correto ao recusar o debate e decisão, até 15 de maio, do prazo de mandato presidencial e do sistema de governo a ser adotado. A rigor, o mandato de Sarney deverá constar das disposições transitórias da futura lei básica e a escolha entre presidencialismo e parlamentarismo, ambos com muitas variantes, é demasiado complexo para que se resolva de afogadilho, sem amplo debate nacional a respeito.

O primeiro tema deverá, portanto, continuar a perturbar a vida brasileira, por obra e graça do próprio chefe do governo, que teve e tem a seu dispor os meios de sanar a situação mas que, desde 1985, foge a desmanchar essa crise artificial. Como se sabe, o momento mais certo da fixação do mandato passou, por culpa única e exclusiva do próprio Sarney que, em benefício geral e em honra de seus compromissos de campanha, deveria ter incluído a redução de seu prazo executivo no projeto de emenda pelo qual propôs o restabelecimento do pleito residencial direto. Partindo dele mesmo a proposta, todos os argumentos que agora falsamente se mobilizam para beneficiá-lo ficariam abortados.

A enorme experiência do José Sarney e

~~FOLHA DE~~ **SÃO PAULO**
~~Rio de Janeiro~~

sua comprovada malícia política eliminam a hipótese de a exclusão do assunto ter ocorrido por acaso. Cuidou-se, isso sim, de ganhar tempo, para tentar, adiante, salvar o longo mandato que ele ajudou a montar, como presidente do PDS. Tratava-se, porém, de omissão tão chocante que o sucessor de Tancredo sentiu-se na obrigação de renovar o compromisso público, afirmando, taxativamente, na sessão solene que realizou no Planalto, perante os presidentes da Câmara e do Senado e em face de todas as lideranças partidárias, que era pessoalmente pelo mandato de quatro anos. Esta declaração, a que por mais de uma vez nos temos reportado, foi feita a 7 de maio de 1985 e é encontrável nos jornais do dia seguinte.

O engavetamento desse texto diz mais que qualquer outra coisa das verdadeiras intenções oficiais. Ainda agora, a decisão imediata do tempo de mandato era encorajada pelo Planalto, visando obter prazo longo, antes que sua erosão política seja mais forte. No caso, a crise tem nome próprio e é José Sarney Costa. Bastaria ao presidente renovar seu compromisso irretroatável para que o problema se desvanecesse, como fumaça ao vento.

Newton Rodrigues